

---

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Lei nº 14.133/2021, art. 18, §§ 1º, 2º e 3º e Instrução Normativa SEGES nº 58/2022

**1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**1.1 -** Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) exerce jurisdição em todo o Estado de Pernambuco, Unidade Federativa que apresenta temperaturas tipicamente elevadas em grande parte do ano, torna-se premente que a climatização de ar seja uma necessidade constante para proporcionar salubridade ao ambiente laboral, de forma a garantir locais adequados ao trabalho eficiente para todo corpo de servidores(as) e magistrados(as) deste Tribunal, assim como aos(às) jurisdicionados(as) atendidos(as) em suas instalações.

**1.2 -** Devido à degradação natural da infraestrutura física, a sua conservação periódica torna-se necessária. Ocorre que, com o tempo de uso e as intempéries, alguns equipamentos e instalações que compõem o TRT6 precisam ser renovados. Essa ação garante ambientes propícios ao bom desempenho das atividades, preservando o patrimônio público.

**1.3 -** Outrossim, algumas unidades deste TRT6 passaram por rearranjos de estrutura física e modificações de layout, implicando alterações nas necessidades de climatização, de forma que determinados ambientes que antes não exigiam climatização passaram a demandá-la.

**1.4 -** Adicionalmente, verifica-se que as Atas de Registro de Preços vigentes, que atualmente atendem à demanda por aparelhos de ar condicionado, possuem validade até 11 de setembro de 2026; contudo, parte significativa dos quantitativos registrados já foi integralmente consumida, evidenciando a insuficiência das atas para atendimento das demandas institucionais ao longo do exercício de 2026, somando-se a isso a existência de impedimento de contratar aplicado a fornecedor integrante de uma das atas, o que compromete a plena utilização dos quantitativos originalmente registrados; ademais, a eventual prorrogação das atas está condicionada à comprovação de vantajosidade dos preços e à anuência dos fornecedores, não havendo garantia de manutenção das condições pactuadas, especialmente diante da variação de custos do setor; desse modo, considerando o esgotamento, a insuficiência dos quantitativos frente à demanda projetada, as restrições decorrentes de impedimentos e a incerteza quanto à prorrogação das atas, justifica-se o planejamento de nova contratação ainda no exercício de 2026, com vistas a assegurar a continuidade do fornecimento dos equipamentos e evitar desabastecimento das unidades do TRT6.

**1.5 -** Além disso, há levantamento técnico que demonstra a existência de unidades com vida útil excedida, equipamentos antigos com mais de 8 anos de uso, evidenciando a necessidade de substituições programadas, além do

atendimento imediato a equipamentos defeituosos ou inoperantes, com base em critérios técnicos relacionados ao tempo de operação, tipo e modelo.

**1.6 -** Estes Estudos Técnicos Preliminares têm como objetivo avaliar e propor soluções técnicas para fornecimento de equipamentos de climatização, considerando a recorrência e essencialidade da demanda para o conforto térmico, conservação de equipamentos e regular funcionamento das atividades institucionais.

## **2 - ÁREA REQUISITANTE**

**2.1 -** Coordenadoria de Engenharia de Manutenção/CEMA.

## **3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Especificação e requisitos técnicos**

**3.1 -** A presente contratação objetiva disponibilizar equipamentos que supram as necessidades de climatização e controle de entrada de ar externo em diversos imóveis do TRT6, para a garantia de ambiente de trabalho menos insalubre, mais produtivo e seguro. Além disso, que proporcione conforto térmico adequado para o desempenho das atividades, e que auxilie na preservação dos equipamentos.

**3.2 -** Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, em fase de fabricação, devidamente lacrados em suas embalagens originais e acompanhados de todos os acessórios e componentes necessários à sua instalação e funcionamento pleno. Devem apresentar documentação técnica completa, como manuais do usuário e guias de instalação. Não serão aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção.

**3.3 -** A(s) solução(ões) a ser(em) escolhida(s) deve(m) abranger todo o Estado de Pernambuco.

### **Critérios de Sustentabilidade**

A solução para a demanda objeto deste Estudo Técnico Preliminar deve atender a requisitos gerais de sustentabilidade, quais sejam:

**3.4 - Eficiência Energética:** Priorizar equipamentos com altos índices de eficiência energética, como aqueles que possuem selo Procel A ou classificação similar, assim como sistemas com tecnologia inverter.

**3.5 - Tecnologia de Baixo Impacto:** Optar por modelos que utilizem gases refrigerantes com baixo potencial de aquecimento global (GWP) e que estejam em conformidade com as regulamentações ambientais.

**3.6 - Dimensionamento Adequado:** Garantir que os equipamentos sejam dimensionados corretamente para o espaço a ser climatizado, evitando sobrecarga e desperdício de energia.

**3.7 - Ciclo de Vida do Produto:** Avaliar a durabilidade e a manutenção dos equipamentos, escolhendo aqueles que oferecem uma vida útil mais longa.

**3.8 - Certificações Ambientais:** Priorizar marcas e modelos que tenham certificações ambientais que comprovem a sustentabilidade dos produtos.

Esses critérios ajudam a garantir que esta contratação não apenas atenda às necessidades de conforto térmico, mas também contribua para a sustentabilidade ambiental e a redução de custos operacionais.

## **4 - LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO**

### **4.1 - Análise de Viabilidade da Contratação**

#### **4.1.1 - Levantamento de Soluções**

Em atendimento ao disposto no art. 9º, inciso III, alínea “a”, da Instrução Normativa nº 58/2021, foram realizadas pesquisas de mercado e consultas a outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias e soluções que melhor atendam às necessidades da Administração e aos requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Considerando que se trata de item amplamente difundida no mercado, com elevada disponibilidade e padronização tecnológica, torna-se inviável a listagem exaustiva de fornecedores. Em levantamento realizado no SICAF — Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — e ao sistema Banco de Preços evidenciou a ampla oferta de soluções e fornecedores no mercado, demonstrando que se trata de objeto amplamente difundido, com múltiplas possibilidades de atendimento às necessidades da Administração.

Este Estudo Técnico Preliminar, portanto, analisa e compara as alternativas disponíveis à luz de aspectos técnicos, legais, econômicos e ambientais, com vistas à definição da solução mais adequada ao TRT6. As soluções consideradas estão apresentadas na tabela a seguir:

<b>Id</b>	<b>Descrição da Solução</b>
<b>1</b>	Instalação de sistema de refrigeração por central de ar.
<b>2</b>	Instalação de sistemas de ar condicionado split tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável).
<b>3</b>	Locação de condicionadores de ar.
<b>4</b>	Aquisição de condicionadores de ar.

#### **4.1.2 - Outras soluções**

Não observamos a existência de outras soluções passíveis de consideração, no presente caso.

## **4.2 - Análise das soluções**

### **4.2.1 - Solução 1: Instalação de sistema de refrigeração por central de ar.**

- *Atendimento aos requisitos:* Sim, embora a implementação dessa solução exigisse a elaboração de projeto técnico detalhado, incluindo adaptações estruturais, elétricas e civis, uma vez que nenhuma das unidades do TRT6 possui atualmente infraestrutura adequada para a instalação de sistema de refrigeração centralizado, o que implicaria intervenções significativas nas edificações existentes.
- *Vantagens:* maior capacidade de resfriamento e controle de temperatura centralizado.
- *Desvantagens:* alto custo de instalação e manutenção, necessidade de grandes obras de adaptação.
- *Valor estimado:* elevado.
- *Conclusão:* solução inviável no momento, devido à complexidade e custos elevados.

### **4.2.2 - Solução 2: Instalação de sistemas de ar condicionado split tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável)**

- *Atendimento aos requisitos:* Sim, sendo necessária a elaboração de projeto técnico e instalação mais especializada, devido à complexidade do sistema.
- *Vantagens:* alta eficiência energética, controle individual de temperatura em múltiplos ambientes, flexibilidade na instalação.
- *Desvantagens:* custo inicial elevado, maior complexidade técnica para instalação e manutenção.
- *Valor estimado:* elevado.
- *Conclusão:* alternativa interessante, mas de custo elevado, não sendo a solução mais adequada para o atual contexto orçamentário do TRT6.

### **4.2.3 - Solução 3: Locação de condicionadores de ar.**

- *Atendimento aos requisitos:* Sim, pois os equipamentos podem ser especificados conforme as necessidades do contratante.
- *Vantagens:* baixo custo inicial, manutenção normalmente incluída, flexibilidade para substituição.

- *Desvantagens:* maior custo total a longo prazo, despesa continuada com o contrato, dependência do fornecedor, dificuldades logísticas e de gestão contratual conjunta com manutenção dos equipamentos próprios.
- *Valor estimado:* inviável, dada a abrangência estadual da demanda e a ausência de empresas especializadas nesse tipo de serviço em diversas localidades.
- *Conclusão:* inadequada à realidade atual do TRT6, que já possui grande número de equipamentos próprios e necessidade permanente de climatização em unidades espalhadas por todo o estado, tornando a locação antieconômica, complexa e de baixa viabilidade operacional.

#### **4.2.4 - Solução 4: Aquisição de condicionadores de ar.**

- *Atendimento aos requisitos:* Sim.
- *Vantagens:* controle sobre especificações, manutenção e cronograma de substituição; eficiência energética; compatibilidade com infraestrutura existente; menor impacto ambiental; custo-benefício a longo prazo.
- *Desvantagens:* investimento inicial elevado.
- *Valor estimado:* compatível com o mercado.
- *Conclusão:* solução mais adequada para atender às necessidades institucionais do TRT6, por ser financeiramente viável a longo prazo e compatível com a estrutura atual do Tribunal.

### **4.3 - Critérios para classificação das soluções**

**4.3.1** - Eficiência energética;

**4.3.2** - Manutenção e suporte;

**4.3.3** - Compatibilidade com infraestrutura existente;

**4.3.4** - Necessidades específicas dos ambientes;

**4.3.5** - Análise de custos totais de propriedade;

**4.3.6** - Sustentabilidade e impacto ambiental.

### **4.4 - Descrição da solução escolhida**

Após análise técnica, econômica e ambiental das soluções consideradas para a demanda de climatização dos ambientes, concluiu-se que a alternativa mais viável consiste na aquisição de condicionadores de ar tipo split, por oferecer melhor relação custo-benefício, eficiência energética, compatibilidade com a infraestrutura existente e maior salubridade para o desempenho das atividades laborais.

#### **4.5 - Justificativa da solução escolhida**

- 4.5.1** - A adoção da solução de aquisição de condicionadores de ar tipo split está em consonância com a prática consolidada no TRT6, que há anos vem adotando esse modelo como padrão para climatização de seus ambientes. As aquisições anteriores demonstraram boa aderência à necessidade institucional, sem ocorrência de inconsistências significativas.
- 4.5.2** - Analisou-se ainda a evolução de contratações anteriores neste Regional, observando-se que, em todos os casos, a opção adotada foi a aquisição de aparelhos de ar condicionado, tendo-se revelado satisfatória.
- 4.5.3** - Em consultas realizadas no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br, foi possível constatar que diversos órgãos públicos realizaram contratações similares, o que demonstra que a aquisição dos equipamentos é medida comum e consolidada.
- 4.5.4** - Ademais, a alternativa de locação foi descartada por não se mostrar viável diante da natureza permanente da demanda, considerando que os equipamentos serão incorporados ao patrimônio do órgão. Ressalta-se ainda que o TRT6 possui unidades em todo o Estado de Pernambuco, inclusive em cidades distantes da capital, o que aumentaria a complexidade logística e o custo de contratos de locação com cobertura ampla.
- 4.5.5** - Considerando as diversas soluções analisadas, suas formas de fornecimento, benefícios e encargos, conclui-se que a compra por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) é o formato mais adequado para o atendimento da demanda, por estar alinhada às hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, especialmente:
- (i) pela necessidade de contratações frequentes, em razão da substituição contínua de equipamentos com vida útil esgotada ou com falhas;
  - (ii) pela conveniência de entregas parceladas, evitando a formação de estoques e permitindo aquisições conforme a demanda real das unidades (inciso II); e
  - (iii) pela impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos a serem demandados ao longo da vigência da contratação, considerando a natureza dinâmica das necessidades de climatização (inciso V);
- dessa forma, o SRP proporciona maior eficiência administrativa, flexibilidade operacional e economicidade à contratação.

#### **4.6 - Relação entre a demanda prevista e a demanda a ser contratada**

A demanda inicialmente prevista no Documento de Formalização da Demanda (DFD) consistia na aquisição de 10 equipamentos de ar condicionado, ao custo total estimado de R\$ 50.000,00, valor que possibilitaria sua aquisição por meio de

dispensa de licitação. Contudo, após análise detalhada da necessidade já existente e o surgimento de novas demandas em unidades diversas, verificou-se que o quantitativo necessário deveria ser ampliado.

Diante da natureza contínua da demanda, recomenda-se a realização da contratação por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com um quantitativo maior, o que permitirá maior flexibilidade no atendimento das necessidades futuras e entregas parceladas, evitando a formação de altos níveis de estoque, conforme previsto no Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023. Além disso, considerando a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, dado que a necessidade depende das demandas específicas de cada unidade, o inciso V do mesmo artigo reforça a viabilidade do uso do SRP.

Assim, o SRP configura-se como o modelo contratual mais adequado, tanto para garantir o atendimento contínuo às necessidades institucionais quanto para assegurar economicidade, previsibilidade e eficiência na gestão de compras públicas.

## **5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**5.1** -A solução encaminhada consiste na aquisição de condicionadores de ar tipo split com tecnologia inverter, com vistas à substituição de equipamentos antigos, ineficientes ou inoperantes, bem como ao atendimento de novas demandas de climatização identificadas nas diversas unidades do TRT6, localizadas em todo o Estado de Pernambuco.

**5.2** -A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, o que proporcionará flexibilidade para atendimento de demandas futuras com entregas parceladas, evitando a formação de estoques elevados, em consonância com o Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023. Considerando-se que a necessidade de climatização pode surgir de forma imprevisível em razão de reformas, ampliações, realocações ou abertura de novas unidades, o modelo permite maior agilidade na resposta da Administração.

**5.3** -A entrega será realizada de forma parcelada, conforme necessidade do TRT6, em locais a serem definidos por ocasião de cada contratação. Os custos de frete e transporte até o destino final deverão estar incluídos no valor ofertado.

**5.4** -Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, com tecnologia inverter, selo Procel A de eficiência energética, fluido refrigerante ecológico (preferencialmente R-32), e capacidade variada conforme a necessidade de cada ambiente. A especificação técnica detalhada, bem como as quantidades estimadas, será apresentada em tópico posterior, considerando estudo histórico de consumo e análise técnica elaborada pela Seção de Climatização e Refrigeração (SCR), com base na vida útil dos equipamentos em uso e demandas previstas.

**5.5** -Os aparelhos deverão ser entregues lacrados, novos, em perfeito estado de conservação, acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação, operação e garantia. Os fornecedores deverão garantir, no mínimo, 12 meses de garantia para o equipamento e 36 meses para o compressor. A contratada será responsável por assegurar a rede de assistência técnica autorizada em Pernambuco durante o período de garantia, sendo obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido.

**5.6** -Não será exigida vistoria prévia nem garantia de execução, tampouco se permitirá a participação em consórcio ou subcontratação, tendo em vista o baixo grau de complexidade do objeto.

**5.7** -A aquisição visa renovar o parque atual de climatização, substituir equipamentos ineficientes ou com tempo de uso avançado, e atender novas demandas com base em critérios técnicos da Seção de Climatização e Refrigeração do TRT6. A execução do objeto se dará por meio de compra com fornecimento parcelado, com critérios de julgamento e habilitação técnica e jurídica definidos no edital e no Termo de Referência.

**5.8** -Trata-se de objeto comum, conforme art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, com padrões usuais de mercado, não se enquadrando como bem de luxo nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

**5.9** -Os aparelhos deverão ter garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para o compressor e 12 (doze) meses para o equipamento, contados do recebimento definitivo. A empresa contratada deverá comprovar a existência de rede de assistência técnica autorizada no Estado de Pernambuco durante todo o período da garantia, responsabilizando-se por eventuais vícios ou defeitos de fabricação, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).A solução encaminhada consiste na aquisição de condicionadores de ar tipo split com tecnologia inverter, com vistas à substituição de equipamentos antigos, ineficientes ou inoperantes, bem como ao atendimento de novas demandas de climatização identificadas nas diversas unidades do TRT6, localizadas em todo o Estado de Pernambuco.

## **6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

### **6.1 - Levantamento Geral da Situação Atual dos Equipamentos:**

Abaixo, apresenta-se a distribuição dos equipamentos de ar-condicionado atualmente em uso no TRT6, categorizada conforme a faixa de tempo de uso:

<b>TEMPO DE USO</b>	<b>QUANT</b>	<b>%</b>
1-USO ATÉ DOIS ANO	164	16,38%
2-USO MAIOR QUE DOIS ANO E ATÉ QUATRO ANOS	125	12,49%
3-USO MAIOR QUE QUATRO ANOS E ATÉ SEIS ANOS	208	20,78%
4-USO MAIOR QUE SEIS ANOS E ATÉ OITO ANOS	157	15,68%



<b>TEMPO DE USO</b>	<b>QUANT</b>	<b>%</b>
5-USO MAIOR QUE OITO ANOS E ATÉ DEZ ANOS	198	19,78%
6-USO MAIOR QUE DEZ ANOS	149	14,89%
<b>Total geral</b>	<b>1001</b>	<b>100,00%</b>

Observa-se que 347 aparelhos possuem tempo de uso superior a 8 anos, sendo 149 com mais de 10 anos, o que representa significativa parcela do parque com desgaste avançado.

## 6.2 - Equipamentos com Tempo de Uso Superior a 8 anos (Faixas Críticas):

Conforme análise técnica da Seção de Climatização e Refrigeração (SCR), aparelhos com mais de 8 anos de uso têm maior propensão a falhas, consumo excessivo e menor eficiência. Abaixo, apresenta-se a distribuição desses equipamentos por tipo e capacidade:

<b>Tipo de Ar</b>	<b>Capacidade (BTU)</b>	<b>5-USO MAIOR QUE OITO ANOS E ATÉ DEZ ANOS</b>	<b>6-USO MAIOR QUE DEZ ANOS</b>	<b>Total geral</b>
CASSETE	24000		1	1
	30000		1	1
	36000		4	4
	48000		1	1
	60000		4	4
CASSETE Total			11	11
HI-WALL	12000	77	32	109
	18000	50	22	72
	24000	38	27	65
	30000		1	1
HI-WALL Total		165	82	247
JANELA	18000	13	3	16
	21000	20	5	25
JANELA Total		33	8	41
PISO-TETO	36000		42	42
	48000		6	6
PISO-TETO Total			48	48
<b>Total geral</b>		<b>198</b>	<b>149</b>	<b>347</b>

## 6.3 - Observações Técnicas

- Os aparelhos de janela identificados como obsoletos deverão ser substituídos por equipamentos split, que possuem maior eficiência energética, menor nível de ruído e menor impacto ambiental.

- A estimativa apresentada tem como objetivo subsidiar a definição do quantitativo a ser contemplado no Sistema de Registro de Preços, considerando a necessidade contínua de substituições ao longo do ciclo de vida útil dos equipamentos.

#### **6.4 - Estimativa das Quantidades a Serem Registradas**

Considerando os dados levantados sobre a situação atual do parque de climatização do TRT6, observou-se que 347 equipamentos possuem mais de oito anos de uso, dos quais 149 já superaram a marca de dez anos. Tais equipamentos, conforme a experiência técnica da Seção de Climatização e Refrigeração (SCR), apresentam maior propensão a falhas e consumo elevado de energia, justificando sua substituição programada.

Adicionalmente, os aparelhos do tipo janela serão progressivamente substituídos por modelos split, especialmente do tipo hi-wall, por apresentarem melhor desempenho acústico e maior eficiência energética.

A estimativa de aquisição, portanto, não se limita a um espelhamento direto da quantidade de equipamentos obsoletos, mas leva em conta a demanda contínua da Administração, que pode decorrer de ampliações, reformas, realocações internas e criação de novas unidades. Assim, para melhor atender às necessidades futuras e garantir agilidade na reposição, propõe-se adquirir quantidades superiores às atualmente identificadas como críticas, arredondadas para múltiplos de dez.

A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), o que proporcionará maior flexibilidade para atendimento de demandas futuras com entregas parceladas, evitando a formação de estoques elevados, em consonância com o Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023. Considerando-se que a necessidade de climatização pode surgir de forma imprevisível, o modelo permite maior agilidade na resposta da Administração.

Abaixo, a tabela com as especificações e quantidades estimadas para aquisição:

<b><i>Tipo de Ar</i></b>	<b><i>Capacidade (BTU)</i></b>	<b><i>Quantidade Estimada</i></b>	<b><i>Especificação Técnica</i></b>
HI-WALL	12.000	50	Ar-condicionado SPLIT HI-WALL de 12.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.
HI-WALL	18.000	50	Ar-condicionado SPLIT HI-WALL de 18.000 BTU, ciclo frio ou quente/frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.

<b>Tipo de Ar</b>	<b>Capacidade (BTU)</b>	<b>Quantidade Estimada</b>	<b>Especificação Técnica</b>
HI-WALL	24.000	50	Ar-condicionado SPLIT HI-WALL de 24.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.
CASSETTE	18.000	20	Ar-condicionado SPLIT CASSETTE de 18.000 BTU, ciclo frio, 220 V, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.
CASSETTE	36.000	20	Ar-condicionado SPLIT CASSETTE de 36.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.
CASSETTE	48.000	10	Ar-condicionado SPLIT CASSETTE de 48.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.
PISO-TETO	36.000	50	Ar-condicionado SPLIT PISO-TETO de 36.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.
PISO-TETO	48.000	10	Ar-condicionado SPLIT PISO-TETO de 48.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.
<b>TOTAL DE EQUIPAMENTOS</b>		<b>260</b>	

Essas estimativas atendem tanto à substituição dos equipamentos obsoletos e ao atendimento das demandas de climatização previstas para o período de 12 (doze) meses, correspondente à vigência da Ata de Registro de Preços, considerando, ainda, a possibilidade de renovação dos quantitativos em caso de eventual prorrogação da ata, nos termos da legislação vigente.

## **7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** - Para a estimativa do valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, utilizando múltiplas fontes de consulta, incluindo:

- preços praticados pela Administração Pública, obtidos por meio de atas de registro de preços vigentes, contratações similares realizadas por órgãos públicos federais e registros disponíveis em sistemas oficiais de compras governamentais;

- pesquisa de mercado através de busca na internet por sites eletrônicos de fornecedores especializados no segmento de climatização e refrigeração, com atuação consolidada no mercado, desconsiderando valores condicionados a pagamento à vista, PIX ou promoções comerciais não comparáveis;

## 7.2 – Orçamento detalhado

ITEM	Descrição	PDM / CATMAT	Unid.	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1	Ar-condicionado SPLIT HI-WALL de 12.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.	13768 / 458218	UN	50	R\$ 2.228,27	R\$ 111.413,50
2	Ar-condicionado SPLIT HI-WALL de 18.000 BTU, ciclo frio ou quente/frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.	13768 / 458191	UN	50	R\$ 3.347,12	R\$ 167.356,00
3	Ar-condicionado SPLIT HI-WALL de 24.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.	13768 / 440747	UN	50	R\$ 3.842,89	R\$ 192.144,50
4	Ar-condicionado SPLIT CASSETE de 18.000 BTU, ciclo frio, 220 V, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.	13768 / 458222	UN	20	R\$ 6.320,77	R\$ 126.415,40
5	Ar-condicionado SPLIT CASSETE de 36.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.	13768 / 458221	UN	20	R\$ 8.734,21	R\$ 174.684,20
6	Ar-condicionado SPLIT CASSETE de 48.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido	13768 / 470880	UN	10	R\$ 11.630,60	R\$ 116.306,00

	refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.					
7	Ar-condicionado SPLIT PISO-TETO de 36.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.	13768 / 621107	UN	50	R\$ 7.050,72	R\$ 352.536,00
8	Ar-condicionado SPLIT PISO-TETO de 48.000 BTU, ciclo frio, 220 V monofásico, tecnologia INVERTER, fluido refrigerante R-32, serpentina de cobre, selo Procel A, com controle remoto e ENCE afixada.	13768 / 611341	UN	10	R\$ 9.161,58	R\$ 91.615,80
TOTAL DE EQUIPAMENTOS				260	VALOR TOTAL (R\$)	R\$ 1.332.471,40

### 7.3 – Adequação orçamentária

#### 7.3.1 – Fonte de recursos

Item	Valor (R\$)	Fonte (Programa/Ação)
1	R\$ 111.413,50	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho
2	R\$ 167.356,00	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho
3	R\$ 192.144,50	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho
4	R\$ 126.415,40	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho
5	R\$ 174.684,20	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho
6	R\$ 116.306,00	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho
7	R\$ 352.536,00	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho
8	R\$ 91.615,80	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho

### 7.3.2 – Estimativa de impacto econômico-financeiro

Item	Valor (R\$)	Exercício	Percentual	Análise e Conclusão
1	R\$ 111.413,50	2026	2,21%	Contratação viável
2	R\$ 167.356,00	2026	3,32%	Contratação viável
3	R\$ 192.144,50	2026	3,81%	Contratação viável
4	R\$ 126.415,40	2026	2,51%	Contratação viável
5	R\$ 174.684,20	2026	3,46%	Contratação viável
6	R\$ 116.306,00	2026	2,31%	Contratação viável
7	R\$ 352.536,00	2026	6,99%	Contratação viável
8	R\$ 91.615,80	2026	1,82%	Contratação viável

## 8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**8.1.** O objeto da contratação é tecnicamente divisível, por se tratar da aquisição de equipamentos de climatização com características individualizadas quanto ao tipo e capacidade, razão pela qual o procedimento licitatório será estruturado em itens independentes, sem formação de grupos, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número possível de fornecedores.

**8.2.** A adoção de itens autônomos favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, permitindo maior concorrência, flexibilidade na aquisição e adequação das contratações às necessidades específicas de cada unidade do Tribunal.

**8.3.** Não haverá estabelecimento de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), pois o objetivo deste Tribunal é gerar uma única empresa fornecedora em relação a cada item, o que permite uma maior eficácia na gestão da contratação e das garantias contratuais. Além disso, verifica-se a influência da economia de escala quando se gera a expectativa de compra de uma maior quantidade de produto a uma mesma empresa, reverenciando-se o princípio da economicidade.

## 9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

**9.1** - As últimas contratações relacionadas à aquisição de condicionadores de ar no âmbito deste Tribunal encontram-se registradas nos PROADs nº 3.267/2022, 19.426/2023, 26.127/2024 e 9.817/2025, sendo esta última realizada por meio de Sistema de Registro de Preços.

**9.2** - Destaca-se ainda a contratação recente dos serviços de manutenção de sistemas de climatização, formalizada no PROAD nº 17.766/2025 – Contrato nº 86/2025, a qual contempla, além das manutenções preventiva e corretiva, serviços de instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar

condicionado. Tal contratação possui relação direta com a presente demanda, garantindo suporte técnico à operacionalização dos equipamentos a serem adquiridos.

## **10 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

**10.1** – Esta contratação alinha-se aos objetivos estratégicos de promoção do trabalho decente e da sustentabilidade, e de aprimoramento da infraestrutura física, na medida em que a aquisição pretendida visa a preservar a ambiência laboral adequada. Ademais, está prevista no Plano de Contratações Anual 2026.

## **11 - RESULTADOS PRETENDIDOS**

**11.1** - Pretende-se ter empresa(s) contratada(s) para fornecimento imediato dos equipamentos condicionadores de ar, possibilitando efetuar a sua substituição em diversas Unidades do TRT6 e, assim, revitalizar a proporção de aparelhos que estiverem sem condições de uso devido ao fim da vida útil, e proporcionar ambientes climatizados nos novos espaços que necessitarem dessa condição, de forma a manter o ambiente confortável e produtivo para servidores(as), magistrados(as) e jurisdicionados(as).

## **12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

**12.1** - Providências a serem tomadas para viabilizar o recebimento adequado dos itens:

**12.1.1** - Definição de planejamento do recebimento, como definição de data, horário e local de entrega;

**12.1.2** - Designação de equipe responsável pelo recebimento;

**12.1.3** - Garantia de que haja espaço adequado para armazenar os equipamentos;

**12.1.4** - Verificação da quantidade e da qualidade dos itens recebidos, conferindo a Nota Fiscal e o pedido;

**12.1.5** - Verificação de qualquer irregularidade na documentação e notificação ao fornecedor para resolução.

**12.2** - Os equipamentos antigos desinstalados serão destinados a doações para outros órgãos, fundações e entidades da administração pública.

## **13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1** - O uso de condicionadores de ar pode ter diversos impactos ambientais, principalmente devido ao consumo de energia elétrica e ao uso de gases

refrigerantes que contribuem para o aquecimento global. Aqui estão alguns impactos ambientais comuns associados à utilização de condicionadores de ar:

**13.1.1 - Consumo de Energia Elétrica:** esses equipamentos consomem uma quantidade significativa de energia, especialmente em locais onde são utilizados com frequência durante longos períodos. Isso pode aumentar a demanda por eletricidade, levando a mais emissões de gases de efeito estufa se a eletricidade for gerada a partir de fontes não renováveis.

**13.1.2 - Emissões de Gases de Efeito Estufa:** muitos aparelhos usam refrigerantes que são potentes gases de efeito estufa, como os hidrofluorcarbonetos (HFCs). Esses gases, quando liberados no meio ambiente, contribuem significativamente para o aquecimento global.

**13.1.3 - Impactos Locais:** o uso extensivo de condicionadores de ar em ambientes urbanos pode contribuir para o fenômeno conhecido como "ilha de calor urbana", onde áreas urbanas tendem a ser mais quentes do que áreas rurais circundantes, devido à absorção e retenção de calor pelos edifícios e asfalto.

**13.1.4 - Consumo de Água:** alguns sistemas de ar condicionado requerem água para operar, especialmente sistemas que utilizam resfriamento evaporativo. O consumo excessivo de água pode colocar pressão sobre os recursos hídricos locais, especialmente em áreas propensas à escassez de água.

**13.1.5 - Descarte de Equipamentos:** ao final de sua vida útil, os condicionadores de ar e outros equipamentos relacionados podem se tornar resíduos eletrônicos. O descarte inadequado desses equipamentos pode resultar em poluição do solo e da água devido aos materiais tóxicos que podem ser encontrados em seus componentes.

**13.2 -** Para mitigar esses impactos ambientais, é importante considerar práticas sustentáveis na escolha e na utilização de condicionadores de ar, como optar por modelos mais eficientes energeticamente, utilizar refrigerantes com baixo potencial de aquecimento global (como alternativas aos HFCs), promover a manutenção regular para garantir eficiência energética e adequar o uso de ar condicionado às reais necessidades de refrigeração dos espaços.

**13.3 -** Será feita a opção pelo gás refrigerante R32, que frequentemente é considerado mais sustentável em comparação com outros gases refrigerantes, como o R410A, por algumas razões principais:

**13.3.1 - Potencial de Aquecimento Global (GWP) mais baixo:** o R32 possui um Potencial de Aquecimento Global significativamente inferior ao do R410A. O GWP é uma medida do impacto de um gás na intensificação do efeito estufa em comparação ao CO<sub>2</sub>, que é usado como referência (CO<sub>2</sub>



tem GWP de 1). O R32 tem um GWP de aproximadamente 675, enquanto o R410A possui um GWP em torno de 2.088. Isso significa que o R32 tem um impacto menor no aquecimento global durante sua vida útil.

**13.3.2** - Eficiência energética: o R32 permite sistemas de ar condicionado e refrigeração mais eficientes energeticamente, o que pode resultar em menor consumo de energia durante a operação. Isso ajuda a reduzir as emissões de gases de efeito estufa associadas à geração de eletricidade.

**13.3.3** - Menor quantidade de carga de refrigerante: comparado com outros refrigerantes, o R32 requer uma quantidade menor de carga de refrigerante nos sistemas, o que pode contribuir para reduzir o potencial de vazamentos e minimizar o impacto ambiental associado.

## **14 – DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** – Após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, declaramos ser viável a contratação para formação de atas de registros de preços de equipamentos de climatização.

## **15 – CRITÉRIOS TÉCNICOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

Os critérios técnicos observam o atendimento às especificações previstas nestes Estudos Técnicos Preliminares e em edital.

### **15.1 – Critérios técnicos pontuáveis**

Não se aplica, pois não se trata de contratação com utilização de critério de seleção de melhor técnica ou de técnica e preço.

### **15.2 – Critérios de seleção**

#### **15.2.1 – Modalidade de licitação**

A realização de procedimento licitatório será na modalidade de **pregão eletrônico**. Considerando a aquisição dos itens e a observância do disposto no art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, seu processamento se mostra pertinente por meio de sistema de registro de preços. Do mesmo modo, nos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, observa-se que a demanda:

**15.2.1.1** - É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas (inciso II).

**15.2.1.2** - Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo total a ser demandado pela Administração (inciso V).

**15.2.1.3** - Sugere-se que a(s) Ata(s) de Registro de Preços tenha(m) vigência de 1 (um) ano, prorrogável(is) por igual período, desde que o preço permaneça vantajoso, conforme o inciso V, §5º, art. 82 c/c art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Isso reduziria o número de licitações para o mesmo objeto, considerando que há necessidade contínua de aquisição destes bens.

**15.2.1.4** - Na hipótese de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. Com efeito, há uma necessidade permanente da Administração quanto à aquisição de condicionadores de ar, justificando-se o interesse na prorrogação da ata, bem como na eventual renovação dos quantitativos, o que será avaliado oportunamente, por ocasião do fim da vigência da ata, mediante expectativa de consumo para o ano subsequente e comprovação da vantajosidade econômica.

Nesse sentido, o entendimento esposado no Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal, citado na 5ª Edição das Orientações e Jurisprudência de Licitações e Contratos do TCU de 2023, como referência normativa para o Sistema de Registro de Preços:

“No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório”.

**15.2.1.5** - Não será divulgada a Intenção de Registro de Preços (IRP) devido à justificativa em anexo a este documento (Anexo I).

**15.2.1.6** - Em conformidade com o caput do art. 80 do Ato TRT6-GP n.º 655/2023, entende-se ser possível a adesão por outros órgãos à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta contratação, uma vez que se tratam de itens comuns, com previsão de registro de quantitativos relevantes, além de não se vislumbrar óbices operacionais para realizar o processo de gerenciamento correspondente.

### **15.2.2 – Critério de julgamento**

O critério de julgamento das propostas deverá ser **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### **15.2.3 – Justificativa para contratação direta**

Não se aplica.

**16 – EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO**

**16.1** – Coordenadora da Coordenadoria de Engenharia de Manutenção (CEMA), chefe da Seção de Climatização e Refrigeração (SCR/CEMA) e servidora da Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações (DAAPC/CLC):

Ana Carolina Câmara de Oliveira Ferraz (CEMA);  
Bruno Arruda de Albuquerque (SCR/CEMA);  
Luciana Leite Silva Barboza (DAAPC/CLC).

**17 – EQUIPE DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**17.1** – A equipe de gestão e fiscalização será composta pelos(as) seguintes servidores(as):

INTEGRANTE	TITULAR(ES)	SUBSTITUTO(S)	UNIDADES
Gestores(as)	Ana Carolina Câmara de Oliveira Ferraz (CEMA)	Carlos Eduardo Danzi Vanderlei (SGC)	Coordenadoria de Engenharia de Manutenção (CEMA) Seção de Gestão e Controle (DGC)
Fiscais técnicos(as)	Bruno Arruda de Albuquerque (SCR)	Abelardo Romão Nunes Filho (SCR)	Seção de Climatização e Refrigeração (SCR)
Fiscais administrativos(as)	Carlos Eduardo Danzi Vanderlei (SGC)	Gustavo Pedro de Carvalho Lacerda (DGO)	Seção de Gestão e Controle (SGC) Divisão de Gerenciamento Operacional (DGO)

**18 – ANEXOS**

Anexo I - Justificativa para Dispensa da Divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Recife, 21 de maio de 2026.

ANA CAROLINA CÂMARA DE OLIVEIRA FERRAZ  
Coordenadoria de Engenharia de Manutenção

BRUNO ARRUDA DE ALBUQUERQUE  
Seção de Climatização e Refrigeração

LUCIANA LEITE SILVA BARBOZA  
Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações

---

**ANEXO I**  
**JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

A Intenção de Registro de Preços - IRP, prevista no artigo 86 da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 7º a 10 do Decreto Federal nº 11.462/2023, trata-se de procedimento público que consiste na divulgação, ainda na fase preparatória ou de planejamento, dos procedimentos licitatórios delineados com a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação e, assim, reunir eventuais demandas de mesmo objeto ao certame em formação, tornando-se órgãos partícipes.

No contexto do SRP, de fato, a IRP surge como uma ferramenta de gestão de recursos, uma vez que pode materializar várias contratações através da realização de um único procedimento, reduzindo significativamente os custos de licitação, bem como viabilizar o alcance de melhores preços por meio da economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior. Assim, em regra, de acordo com os dispositivos supracitados, os órgãos públicos têm o dever de formalizar a IRP.

Ocorre, porém, que, havendo manifestação de intenção de participação de outros órgãos, caberá àqueles responsáveis pelo gerenciamento das futuras Atas de Registro de Preços (ARP) uma série de encargos como, por exemplo, o dever de aceitar ou recusar os itens, realizar a pesquisa de mercado, consolidar as estimativas individuais e totais de consumo, dentre outros.

É, portanto, fundamental que o corpo técnico do órgão esteja planejadamente preparado e tecnicamente capacitado para assumir as incumbências legais advindas do controle, coordenação e gerenciamento de uma compra compartilhada.

É nesse cenário que se inserem o § 1º, do artigo 86, da Lei nº 14.133/2021 e o § 2º, do artigo 9º, do Decreto nº 11.462/2023, para dispensar a obrigatoriedade de publicação da IRP nos casos em que o órgão gerenciador for o único contratante. Os textos legais trouxeram, destarte, uma certa margem discricionária para que o órgão ou entidade decida ser contratante único e, por conseguinte, não realize os procedimentos relacionados à intenção de registro de preços.

Importante citar que respeitada doutrina em contratações públicas esclarece a necessidade de apresentar as devidas justificativas para a não divulgação da IRP e elenca fatores que podem amparar a decisão:

*“Pode-se antever diversas justificativas, entre as quais, (i) demanda urgente, (ii) demanda por quantitativo inexpressivo, (iii) complexidade ou peculiaridade técnica do objeto, (iv) falta de estrutura*

---

*do órgão ou entidade e, inclusive, (v) prejuízo à competitividade.”<sup>1</sup>*

No caso vertente, três motivos ganham relevo para embasar a presente solicitação de dispensa de divulgação da Intenção de Registro de Preços:

1 - Falta de estrutura do órgão ou entidade. Em que pese se tratar de Tribunal Federal de médio porte, dentro de uma justiça especializada, e, em tese, bem estruturado, esta Unidade, atualmente, não dispõe de quadro de servidores suficiente para conduzir uma contratação compartilhada. Ressalte-se que o Regional não tem um histórico de promoção desses procedimentos, tendo o último gerenciamento ocorrido em janeiro de 2020.

2 - Existência de regulamento próprio da Justiça do Trabalho. A Resolução nº 364/2023, do CSJT, que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações na Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, assim regulamentou:

*"CAPÍTULO V*

*PLANEJAMENTO*

*SEÇÃO III – Das Compras Compartilhadas*

*Art. 24 As compras compartilhadas poderão ser realizadas em nível local, regional e nacional, conforme suas características, a fim de garantir a compra mais vantajosa.*

*Parágrafo único. **As compras compartilhadas nacionais e regionais serão realizadas, preferencialmente, entre os órgãos da Justiça do Trabalho.***

*Art. 25 As contratações regionais serão realizadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, organizados por regiões, coordenadas por subcomitês, denominados Subcomitês Nacionais de Apoio à Gestão das Contratações (SNGCs), subordinados ao Comitê Nacional de Apoio à Gestão das Contratações (CNGC).*

*§ 1º Os Subcomitês Nacionais de Apoio à Gestão das Contratações serão compostos pelos gestores responsáveis pelas unidades de licitações e contratos*

---

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo: conteúdo atualizado com a nova lei de licitações. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 886. Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/21338/dispensa-da-divulga%C3%A7%C3%A3o-de-irp> - Copyright © 2024, Sollicita. Todos os direitos reservados.

---

*dos Tribunais ou equivalentes, observados os seguintes agrupamentos:*

*II - SNGC Nordeste (SNGC-NE), constituído pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, 6ª, 7ª, 13ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª." - sem grifos no original*

3- Planejamento e preparação do Tribunal para realização de contratações compartilhadas em andamento. Realizou-se, no dia 07/06/2024, a primeira reunião do Subcomitê Nacional de Apoio à Gestão das Contratações da Região Nordeste, que teve como pauta a viabilidade de compras compartilhadas regionais de itens constantes dos respectivos PCAs, conforme art. 25, § 2º, inciso II, da referida Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Por todo o exposto, pela necessidade de realização e conclusão céleres deste procedimento licitatório e considerando que a divulgação da IRP poderia tornar a lentidão da burocracia um atraso prejudicial à Administração Pública<sup>2</sup>, é que a referida divulgação será dispensada.

---

<sup>2</sup> Murilo Jacoby Fernandes - Advogado, consultor e professor. Atua na área do Direito Administrativo, especialmente em licitações e contratos. Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/10622/dispensa-da-divulga%C3%A7%C3%A3o-da-irp> - Copyright © 2024, Sollicita. Todos os direitos reservados.